

Mané Viva

Director (interino): ANTÓNIO SANTOS

SEMANÁRIO

ANO II — N.º 91 — Preço 5\$00 — 13/4/78

NOGUEIRA

A união difícil

Souto e Bessada, Pousadela e Olivães, a parte de baixo e a parte de cima de Nogueira da Regedoura, são quatro lugares de uma mesma freguesia e onde vivem pessoas que, por isso mesmo, não podem deixar de ter uma característica que as alia: são todas nogueirenses.

E nem por este facto, tão simples e tão evidente, se poderá pedir a essas pessoas que esqueçam o seu lugar a que as ligam laços afectivos muito particulares, nem se deverá pensar em exigir-lhes que abdicuem do seu bairrismo, coisa que os tempos vão diluindo, mas que continua a existir e a ser uma motivação para muita gente por esse Portugal fora.

Bairrismo é pois algo que tem quase sempre um pouco a ver com cada um de nós e que, considerado nas suas devidas proporções, tem levado a iniciativas colectivas muito válidas. Existe em quase todas as aldeias, vilas e mesmo cidades do País e não será caso para espantos se se disser que em Nogueira da Regedoura acontece o mesmo.

No entanto, e no caso particular desta freguesia, a disputa entre os lugares ultrapassou muitas vezes o razoável e tem sido um obstáculo importante ao desenvolvimento social e cultural de Nogueira. E essa divisão até já foi aqui referida mais de uma vez, tendo como motivo o desporto, onde as rivalidades mais se exteriorizaram e que, depois de um grande esforço, se vieram a saldar na constituição de um clube único da freguesia, a primeira grande vitória sobre essa divisão.

Claro que a oposição das pessoas dos diferentes lugares de Nogueira se vem atenuando (o clube é a grande prova disso mesmo) e interessará por isso saber quais são as razões desse bairrismo exacerbado dos velhos tempos e os motivos que têm permitido o seu gradual esvaziamento.

continua na página 3

A Assembleia Municipal encolhe-se perante o 25 de Abril

— Rejeitado o apoio a uma sugestão de programa apresentado por organizações populares.

— Nomeada uma Comissão organizadora das Comemorações.

Sessão agitada que não esgotou sequer o período de antes da ordem do dia. Tudo começou quando o vogal independente Alvaro Mendes solicitou à Assembleia uma moção de apoio a uma sugestão de programa das comemorações do

25 de Abril com carácter festivo e popular apresentado à Câmara por uma Comissão composta pela Nascente, Coopespino, Cooperativa Gráfica de Espinho, Comissões de Moradores de S. Pedro e Marinha, Cooperativa Operária de Tapeçarias «Pereira Alves», Comissões de Trabalhadores de «A Vigorosa», da Fábrica Progresso, da Fosforeira Portuguesa, o Clube Cultural e Recreativo de Paramos, Clube de Futebol Os Magos de Anta, Clube Académico de Espinho, a Associação União dos Reformados da Previdência e colectividades populares de Guetim. Esta moção viria a ser

apoiada unicamente, para além do proponente, pelos vogais Joaquim Sá e Francisco Silva, independente, e Jorge Carvalho e Humberto Cruz da FEPU.

A discussão foi generalizada e de profundo sentido político, tendo os vogais que se opunham a esta posição legítima das organizações populares manifestado as suas posições que definem a sua atitude face a tal acontecimento. Assim o PSD pela voz de Ferreira de Campos manifestou o seu desacordo perante o carácter proposto

continua na página 8

CONTRA A CARESTIA DE VIDA Manifestação em Ovar



Como estava anunciado e correspondendo a convocação de vários sindicatos do distrito, realizou-se no passado sábado, em Ovar, uma manifestação de protesto contra o sucessivo agravamento do custo de vida e as medidas antioperárias e antieconómicas que veem afectando profundamente as classes trabalhadoras.

Após concentração no jardim da

estação formou-se um longo cortejo, que integrava grande número de mulheres, e que percorreu as principais ruas da vila proferindo palavras de ordem como «a produção dá pão, os pacotes não», «os trabalhadores são a força da Nação», «não queremos aqui o F. M. I.», até atingir o largo da Câmara que ficou praticamente repleto. Aí falaram à multidão um elemento da comissão organizadora da manifestação e um representante da Intersindical, que puseram em relevo a política desastrosa de recuperação capitalista deste governo de aliança PS/CDS, com as conhecidas consequências de brutal agravamento de custos dos bens essenciais, despedimentos arbitrários e indiscriminados e tentativas de resolução da crise com evidente benefício do patronato e o sacrifício dos trabalhadores que para ele em nada concorreram.

Com a aprovação de uma moção de protesto a apresentar ao Governo foi dada por finda a manifestação que foi sem dúvida a maior que até agora desfilou na vila de Ovar.

DE OUVIDO ATENTO

A VIOLAÇÃO E AS LIBERDADES

Foi muita notada a efusiva participação na discussão do único representante do CDS, nomeadamente quando afirmou com vigor o seu prazer com o 25 de Abril, lamentando apenas que «por causa dele» tenha aumentado tanto a delinquência, a ponto de ele próprio nem se sentir seguro ao regressar a casa depois da sessão: quem lhe garantia que não seria assaltado, roubado ou, até, violado? A tal ponto se mostrou preocupado com esta possibilidade que quando se optou pela formação da comissão organizadora não se mostrou interessado em fazer parte dela, «só se fosse por as liberdades em ordem»...

AS VANTAGENS DA ESPERA

Os presidentes das juntas de Anta, Silvalde e Paramos ficaram muito sentidos por na proposta se prever certas realizações comemorativas a levar a efeito nas respectivas freguesias sem que eles tivessem previamente conhecimento do facto. Mas interrogados sobre qual o programa que já tinham previsto para organizar não foram capazes de esclarecer. Que estavam à espera que a Câmara dissesse alguma coisa...

O REQUERIMENTO E O BOM SENSO

A certa altura apareceu um requerimento à mesa propondo a suspensão da discussão à meia-noite, independentemente de quem estivesse inscrito ou do momento da discussão. Se não era uma clara tentativa para impedir que se definisse claramente uma posição, parecia. O requerimento foi aprovado e só o bom senso ou tacto político

continua na página 8

«Maré Viva» quebra rotina

Para contrariar a rotina habitual, não irá receber o seu «Maré Viva» na próxima quinta-feira. De facto, só na segunda-feira seguinte, dia 24, poderá ir à caixa do correio e levantar o seu exemplar. Que será o primeiro de um jornal diferente, melhor, esperamos, para lhe agradar de outra maneira, para ir mais ao encontro daquilo que nos parece ser de esperar de um jornal com as características do «Maré Viva».

Assim, as alterações significativas que pensamos introduzir exigem uma adaptação e um esforço que nos levam a atrasar a saída do próximo número por uns dias. Supomos que os nossos leitores não ficarão a perder, até porque assim receberão em cima da data um M. V. que iremos dedicar ao impacto do dia 25 de Abril na nossa região.

CASAS DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA

— Só mais um mês

Começávamos já a achar estranho o facto de as quatro casas do Centro de Assistência Social, em construção ali, em frente ao Cemitério, não haver meio de ficarem prontas. Tentámos inquirir das razões do presumível atraso e ficámos relativamente sossegados porque, ao que parece, este deve-se exclusivamente a problemas técnicos já resolvidos. As casas deverão estar prontas a receber os seus futuros moradores aproximadamente dentro de um mês.

O leitor deve estar com certeza recordado da desenvolvida reportagem que há algum tempo fizemos sobre a actividade e as perspectivas de trabalho do Centro de Assistência Social. Referimo-nos então à existência destas casas e aos diversos «incidentes» com que a Direcção do Centro se viu a braços por causa delas. Como então afirmámos, o projecto inicial previa a construção de 15 casas, mas o indivíduo que vendeu o material «esqueceu-se» de avisar que muitas coisas estavam estragadas e que tudo aquilo só chegava (e mal) para quatro casas, com um mínimo de condições. O Centro teve portanto de suportar uma série de despesas extra com que não contava. Assim, o custo final das casas rondará os 350 contos, o que pode não parecer muito, mas que ultrapassa largamente o que se tinha inicialmente previsto.

As casas destinam-se a alojar pessoas extremamente necessitadas, encontrando-se todas já mais ou menos distribuídas. Os casos a resolver são bastante graves e por não serem de forma nenhuma únicos, mais uma vez levantam em toda a sua dimensão o problema da habitação no nosso concelho e ligado com ele, o problema das carências no campo da assistência social no nosso país, que está muito longe de responder minimamente às reais necessidades da população.

Serão beneficiados com estas casas famílias numerosas que se encontram em dificuldades, pessoas que por diversas razões tenham ficado desalojadas, etc. De entre os muitos numerosos pedidos e casos a considerar o Centro viu-se na necessidade de estabelecer um critério de prioridades, considerando, os casos que parecem mais graves.

Enfim, mais alguns «furos» tapados por gente que, de alguma forma, se preocupa com a sorte dos outros. Quanto às causas de fundo, essas ficam a aguardar melhores dias...

EM DÚVIDA AS FESTAS DE S. PEDRO PARA ESTE ANO

Todos os anos, em Junho, a altura da Festa de S. Pedro, que costuma atrair à popular zona do mesmo nome muitas pessoas que já se habituaram à simplicidade da confraternização para que a festa é pretexto.

Mas diz-se que este ano não haverá festa. Quisemos saber porquê e ouvimos o senhor José Ferreira Neto, elemento da Comissão que organizou a festa no ano passado:

«Acontece que a Comissão de cada ano é nomeada pela Comissão do ano anterior, no fim do seu trabalho. Sempre tem sido assim, sem grandes problemas. Mas no ano passado, a Comissão acabou a sua actividade com um saldo de 13.500\$00 e decidiu-se democraticamente entregar esse dinheiro

à Comissão de Moradores, para melhoramentos públicos na zona.

Ora a Comissão que foi nomeada para este ano recusa-se a aceitar a organização da festa, alegando que se o saldo foi entregue à Comissão de Moradores é esta que a deve organizar».

Soubemos, entretanto, que a Comissão de Moradores não encara essa possibilidade, pelo que, neste momento, não há ninguém que se disponha a dar continuação a uma tradição daquela zona. Parece que este desinteresse estará também relacionado com a verba que o Turismo se propõe dar para a festa, 50 contos, e que é considerada muito pequena.

Há quem apesar de tudo, acredite que aparecerá gente disposta a organizar a festa, mas, para já, está tudo parado.

HORÁRIOS DA C.P. EM CAUSA

Com a entrada em vigor dos novos horários da CP, houve gente que ficou prejudicada. Um grupo de pessoas dirigiu-se ao «Maré-Viva» e pôs a questão: os horários de fim de tarde impedem-nos de chegar cedo a casa. Além disso os passes sociais deixaram de ter validade nos comboios semi-directos. Está a correr um abaixo-assinado a pedir uma nova alteração nos horários e a permissão da utilização dos passes nos «semi-directos».

JÁ NÃO HÁ DESPEJO

Conforme noticiámos no nosso último número, deveria ter-se realizado na passada quinta-feira o julgamento de uma acção de despejo que punha em risco a habitação de duas famílias da zona da Marinha. Este caso, que se vinha já arrastando desde 1974, parece ter encontrado a sua solução definitiva e, felizmente, a contento das partes interessadas.

Efectivamente, o julgamento nem chegou a ter lugar, porque o senhorio e inquilinos chegaram a acordo. Assim, aquele desistiu da acção de despejo em troca da garantia de que estes lhe pagarão os retroactivos resultantes do aumento da renda desde Setembro de 74 até hoje.

Moradores distribuíram 50 contos

A Comissão de Moradores de S. Pedro reuniu na passada quarta-feira, com o fim de esclarecer os habitantes da zona sobre o modo como foi atribuída, e a quem, a verba de 50 contos que a Câmara cedera para auxílio às vítimas da recente investida do mar.

Dado o pequeno montante da verba, fez-se a sua distribuição para permitir arranjos exteriores das casas mais atingidas, para recompor portas, janelas, etc. Entretanto, e como acontece muitas vezes em casos destes, houve quem não ficasse satisfeito por não ter sido contemplado, ou por considerar ter recebido pouco dinheiro, e não tardaram os boatos de que os elementos da Comissão de Moradores estavam a utilizar o dinheiro para seu benefício. A situação parece estar agora esclarecida, esperando-se ainda que a Câmara venha a acrescentar mais dinheiro à verba já concedida.

NÃO PERCA!

Importâncias em dinheiro, colecções de chaves e chaveiros, um par de cuecas de criança, um LP, bolas de borracha, aros de rodas de automóveis, um relógio de pulso de senhora, porta-moedas, um casaco de criança, uma gabardine, uma esferográfica, uma bolsa em napa, um sobretudo para homem e uma argola com um medalhão são algumas das coisas que a P. S. P. de Espinho nos informou ter em depósito, ou porque as achou ou porque lhes foram entregues por cidadãos conscientes.

Mas há mais: um botão de punho e um brinco de fantasia que, naturalmente, não fazem par; um capacete de protecção de alguém que não vê os anúncios da Prevenção Rodoviária Portuguesa na televisão; um pára-brisas de uma motorizada que a esta hora anda provavelmente sem pára-brisas; uma saca com uma barraca de praia de um veraneante que terá desistido de encontrar areia para colocar a dita; uma motorizada que não tem nada a ver com aquela que ficou sem o pára-brisas; uma roda completa de automóvel que se arrisca a ficar no meio da viagem com um



S. PEDRO

Dia 13, Quinta-feira
O ÚLTIMO COMBOIO DA NOITE
M/ 18 anos

Contrariamente ao que é habitual nos filmes referenciados com «cenas eventualmente chocantes», no caso presente o motivo reside nas cenas de extrema violência que de uma forma constante e gratuita nos são apresentadas. Só pelo facto de ser reconhecida oficialmente tal evidência, poderá o leitor depreender do seu aspecto negativo.

Dia 14, Sexta-feira
A MULHER DAS BOTAS VERMELHAS
M/ 18 anos

Filme de extraordinária fantasia e riqueza de imaginação esta obra realizada por Juan Buñel — que julgamos ser filho de Luís Buñel — na qual é dada plena liberdade ao subjectivismo de cada um, para além de uma invulgar alegria e sensação de descontração. A ver, repousadamente.

Dia 15, Sábado
O MAFIOSO REBELDE
M/ 18 anos

Carlo Lizzani, veterano dos filmes policiais e de violência vividos normalmente nos grandes meios urbanos, vem com mais uma história de renegados da grande família que é a Mafia. No fundo, conclui-se sempre que o indivíduo não era mau rapaz, mas tinha de ter o fim que merecia. É sempre assim. Invariavelmente.

Dia 16, Domingo
VOLTAR A VIVER
M/ 13 anos

Um elenco de luxo, para um filme de luxo, dum realizador de «luxo». Enfim, uma «lelouchada» (a expressão, infelizmente, não é nossa). A perder.

Dia 18, Terça-feira
AS BELAS MULHERES DOS OUTROS
M/ 13 anos

A (in)fideliidade conjugal tem sido motivo para incontáveis filmes de comédias. Yves Robert, autor experiente do género, consegue com êxito momentos de assinalável humor, servidos por divertidos actores, entre os quais se destaca Jean Rochefort. Com piada.

furo por não ter «sobresselentes»; algumas bicicletas, uma de criança e em bom estado, que têm a vantagem sobre as motorizadas, mesmo sem pára-brisas, de não precisarem de gasolina e, finalmente, alguns pares de óculos que devem fazer bastante falta a quem os perdeu e estará até impossibilitado de ler esta notícia.

Se por acaso perdeu alguma destas coisas (não acreditamos que alguém as tenha deixado fora, nos tempos que correm) mais não tem do que se deslocar ao Posto da P. S. P. em Espinho, ver se ela lá está, provar que é mesmo sua e que não foi ali ver se pegava... E veja se deixa de andar com «a cabeça no ar». Já viu o trabalho que deu à P. S. P. e aos nossos serviços noticiosos?

Mare Viva

SEMANARIO

Propriedade:

NASCENTE — COOPERATIVA DE ACÇÃO CULTURAL, S. C. R. L.

Fizeram este número:

Alvaro Mendes, António Letra, António Santos, Dário Capela, Eduardo Gonzaga, Eugénio Morais, Fernando Valadas, João Barrosa, Jorge Cunha, Jorge Lopo, Morais Gaio, Moreira da Costa e Victor Sousa.

Colaboração especial:

Alberto Barbosa, Carlos Pinhão e Mário Bismark.

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MENESES — COOPERATIVA GRAFICA DE ESPINHO, S.C.R.L.
RUA 14 N.º 903 — TELEF. 921016

Director:
ANTÓNIO SANTOS

Redacção:
RUA 62 N.º 251-1.º
TEL. 921621 — ESPINHO

NOGUEIRA DA REGEDOURA

continuação da página 1

AS RAZÕES PODERÃO SER ESTAS

Os depoimentos que conseguimos de pessoas de Nogueira da Regedoura deram-nos a possibilidade de adiantarmos algumas razões plausíveis para a divisão que opôs principalmente as populações da Bessada e de Pousadela.

O Souto, assim como Bessada, na parte baixa da freguesia, cons-

A união difícil de uma freguesia

mentavam com frequência e que em Pousadela a vida era mais sedentária e assente sobretudo numa pequena agricultura.

A parte baixa transformada em «coração» de Nogueira, tinha a igreja, o cemitério, a sede da Junta, as escolas, o campo de futebol. Pousadela não tinha nada disso. Pousadela frequentava a capela de Olivães, mais perto e outro lugar de Nogueira a que nos referiremos mais adiante, bem como a igreja



Veio depois a estrada que liga Pousadela ao Souto e a consequência imediata foi o rápido aumento da população de Pousadela. E com ela também a oportunidade de se estabelecer um convívio mais frequente entre os dois lugares. Era enfim a oportunidade de surgirem tempos novos para Nogueira da Regedoura.

OS NOVOS TEMPOS

Claro que coisas como estas não se resolvem com duas penas, pois deixam muitas marcas. Curioso, até o facto de moradores, quer do centro, quer de Pousadela, nos terem referido os cortejos de oferendas, como motivo de disputa, sinal de que nem tudo se esqueceu. Aliás os cortejos de oferendas sempre serviram para se estabelecerem rivalidades. Quem não se lembra, em Espinho, da competição que nessas ocasiões se estabelecia entre o Sul e o Norte da vila?

Pois, as coisas sempre se vão

UM GRUPO DE JOVENS (Souto)

«A rivalidade é devida, por um lado, aos cortejos de oferendas e por outro aos grupos de futebol. Foi feita alguma coisa para acabar com isso, como por exemplo, a unificação dos clubes, mas mesmo assim ainda se mantém.

Actualmente uma fonte de discórdia é a auto-estrada e tudo por causa do viaduto. Acharmos bem que o novo Centro Cultural tenha a sede em Pousadela, para acabar com a divisão. As disputas devem acabar pois trata-se de uma freguesia no total que não pode ser prejudicada pelas rivalidades dos lugares».

ANTÓNIO OLIVEIRA PINTO (Souto)

«Estou dentro do problema da fusão dos dois clubes e acho bem, pois trata-se de uma só freguesia e assim acabam-se com muitas disputas. Durante muito tempo não havia escola em Pousadela, nem comunicações com o Souto, o que fazia com que as crianças tivessem que ir à escola com muitas dificuldades.

A principal causa das rivalidades eram os cortejos de oferendas. Chegou mesmo a haver desentendimentos a sério entre as pessoas. Quanto às escolas e comunicações, a Junta foi quase sempre presidida por um presidente de Pousadela, pelo que não se pode culpá-la. A criação do Centro Cultural vem ajudar a unir as pessoas e acabar com as rivalidades».

POR CAUSA DOS BOATOS...

A formação do clube de Nogueira, resultado da união dos clubes de Pousadela e do Souto, tem sido objecto de intrigas e boatos, que felizmente não encontram o eco que não merecem. O trabalho da Comissão Directiva é um dos pontos focados, principalmente o uso que terá dado ao dinheiro que resultou duma campanha feita na Venezuela, onde vivem muitos nogueirenses.

Pois esteja toda a gente descansada. O dinheiro está no banco e a C. D. velará para que venha a ser utilizado no benefício exclusivo do desporto de Nogueira da Regedoura. É para isso que está a trabalhar.

à bola no campo de Santo André, na Bessada.

E de tal modo se estabeleceu esta oposição, que nos disseram que quem fosse do Souto a Pousadela era recebido «à pedrada» e de Pousadela ao Souto «à paulada».

AS COISAS COMEÇARAM A MUDAR

Sim, as coisas começaram a mudar, porque a população de Pousadela não se conformou com a sua situação de dependência. Estimularam a sua organização, formaram o seu próprio clube desportivo, construíram o seu campo de futebol e, mais tarde, vieram a ter as suas próprias escolas.

Claro que isto só por si não bastava para acabar com as rivalidades. Pelo contrário, até as poderá ter acentuado, com os dois lugares a ganharem ainda mais autonomia.

PARAMOS

A Lei e a lógica

Vem este título a propósito de um problema surgido em Paramos e que pede uma certa reflexão sobre a eficácia da lei e a sua lógica.

Na berma oeste da estrada 109, perto da nova estrada que dá ligação à igreja, existia uma taberna, instalada num edifício bastante velho e em mau estado, com três portas para a 109. A casa foi comprada e o novo proprietário, sem a necessária autorização legal, remodelou-a totalmente, mantendo apenas as paredes, eliminando as portas referidas e transformando-a num moderno «snack-bar», que passaria a ser o mais bem apetrechado estabelecimento do género da freguesia.

Com as obras na estrada 109, a Direcção Geral de Estradas consultou a Direcção de Urbanização de Aveiro sobre a legalidade do edifício, que se encontra entre uma sucessão de casas, que, como este, ladeiam a 109. A D. U. A. consultou a Câmara de Espinho, cuja Repartição Técnica declarou a ilegalidade dos melhoramentos introduzidos, proibindo a abertura ao público do estabelecimento e aconselhando a sua demolição. A coisa está estacionária e o estabelecimento continua fechado.

Esta informação foi-nos prestada pela Junta de Freguesia de Paramos que, como nós, não tem naturalmente qualquer interesse particular no estabelecimento.

Estamos por isso à vontade para a este propósito, fazermos uma pequena reflexão. A lei é clara: os edifícios novos têm que guardar uma certa distância das estradas e este não obedece a esse requisito legal. A lógica, no entanto, sugere algo diferente: se o edifício velho, a cair, com três portas para a estrada, (que não será alargada) lá estivesse, não haveria problemas, como não os há em relação aos demais; com o novo edifício o que virá de novo em termos urbanísticos que o antigo não tivesse?

Não há dúvidas: a lógica e a lei aqui não encaixam. Será porque a lei não tem que ser, sempre e necessariamente, lógica?

dela (aí está o primeiro sinal de descentralização da freguesia) e o regulamento do seu funcionamento foi elaborado de tal modo que não será possível levar para ali organizações de cada um dos lugares com actividades paralelas. Terá de haver uma que represente a freguesia em cada sector de actividade social, cultural e desportiva.

OLIVÃES : UM CASO ESPECIAL

O lugar de Olivães esteve sempre um pouco à margem desta oposição. Embora mais perto de Pousadela, nunca tomou significati-

continua na página 6

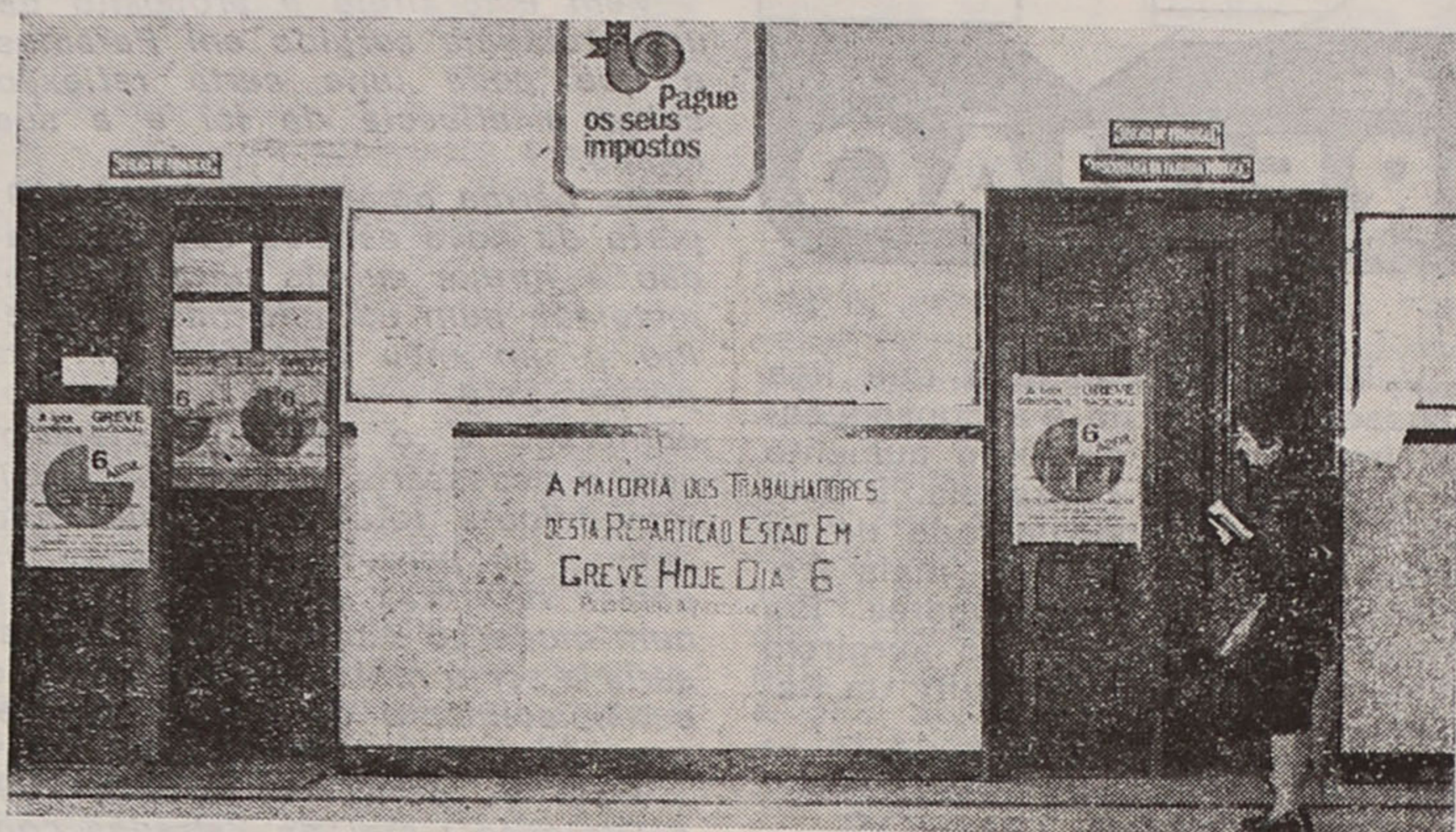
ANTÓNIO CARVALHO (Pousadela)

«Durante muito tempo, Pousadela, um dos lugares maiores de Nogueira, não tinha comunicações capazes com o centro e as crianças tinham de ir a pé, muitas vezes à chuva. Mas o grande motivo de discórdia eram os cortejos de oferendas.

O grupo desportivo de Pousadela foi criado porque os nossos rapazes eram vítimas de discriminação quando queriam ir jogar a Nogueira. Foi agora decidido criar um Centro Cultural com sede em Pousadela, e o campo em Nogueira. Assim acabam-se as rivalidades, que só prejudicam a freguesia, e faz-se justiça».

A Greve na Função Pública

— Contra as "habilidades" de Rui Pena



Os trabalhadores da função pública estão claramente decididos a fazer valer os seus direitos constitucionais. Depois de um primeiro dia de greve, em 10 de Março, (o que já não sucedia há cinco décadas), sucedeu nova paralisação no passado dia 6 de Abril e que, contrariamente ao que o Governo desejava, mostrou um nítido reforço da unidade e consciência dos trabalhadores.

Esta tendência, anunciada pelos Sindicatos, e em particular pela Comissão Negociadora Sindical (e verificada também em Espinho), foi desmentida pelo Governo, que reclamava uma desmobilização dos trabalhadores neste segundo dia de greve. Ninguém ficou admirado com a disparidade dos números apresentados pelas duas partes tanto mais que, quando da primeira paralisação, o Ministro de Reforma Administrativa, o CDS Rui Pena, declarou que fora um fracasso e viria posteriormente a desmentir-se, dizendo na Assembleia da República que a greve fora «um acontecimento, um fenómeno de que

era preciso tirar as devidas ilacões».

De mistura com uma arrogância mal disfarçada, o M. R. A. teima em usar dum artifício para iludir os direitos dos trabalhadores da função pública: considera-os como funcionários (sendo do quadro) ou agentes, tentando retirar-lhes os direitos que a Constituição consagra a todos os trabalhadores: direito à negociação, direito à greve e direito à contratação colectiva.

Mas os trabalhadores da função pública não vão nas habilidades de Rui Pena: não abdicam da sua condição de trabalhadores e lutarão para que o Governo lhes reconheça os direitos que lhes são devidos. Entre eles o de discutirem a tabela salarial, que o M.R.A. pôs cá fora unilateralmente e estipulando coisas como estas: um director-geral será aumentado de 6.200\$00 (uma clara tentativa de ter gente da sua confiança nos cargos de chefia) e de 1.000\$00 os serventes.

O despedimento de um Delegado Sindical

A história deste despedimento não é difícil de contar. Demasiado simples até, a ponto de com ela se poder mostrar como nos dias que correm, em Portugal, despedir um operário não é coisa que possa embaraçar o patrão menos habilitado.

Foi, já há algum tempo, na Ceta, empresa que se dedica nomeadamente à indústria de plásticos. Começamos por dizer que, na Ceta, como a lei prescreve, existe um «placard» destinado à afixação de documentos e cartazes que digam respeito à vida sindical dos trabalhadores da empresa. O referido «placard» encontra-se porém numa secção onde trabalham os operários químicos, por onde raramente passam os trabalhadores metalúrgicos e daí que estes passassem a utilizar para o efeito um portão da sua secção. Houve uma aceitação tácita da entidade patronal quanto à utilização daquele local para afixação, a ponto de esta se ter tornado habitual durante muito tempo.

Dentro desta ordem estabelecida e aceite por toda a gente, os delegados sindicais dos operários me-

talúrgicos iam procedendo regularmente à afixação de todos os documentos e cartazes do seu sindicato e entre eles o cartaz de apelo à sindicalização (que vemos junto) e autenticado pelo carimbo do Sindicato dos Metalúrgicos. Estava lá o cartaz há cerca de um mês, quando o patrão sr. António Matos decidiu arrancá-lo, dizendo ao encarregado da secção que seria suspenso quem o voltasse a colocar.

O delegado sindical Alberto Oliveira, frezador, ao tomar conhecimento do arranque do cartaz, e embora avisado pelo encarregado decidiu recolocá-lo, o que veio a fazer no dia imediato (21 de Maio). E procedeu assim dado que a sua condição de delegado sindical a isso lhe dava direito, para além de ser um seu dever como tal, e porque o patrão não havia apresentado aos delegados sindicais quaisquer razões (se as tinha) para a proibição do cartaz.

O operário Alberto Oliveira foi suspenso nesse mesmo dia, e depois de levantado o inquérito, veio receber ordem de despedimento no dia 22 de Junho, data em que se completavam precisamente sete



O CARTAZ QUE ENTROU NO DESPEDIMENTO

EM ESPINHO: A PARALISAÇÃO ALARGOU-SE

Na cidade de Espinho, a segunda paralisação dos trabalhadores da função pública revelou uma maior consciencialização da classe, que se reflectiu, em relação à greve de 10 de Março, num maior número de serviços a participarem no dia de luta e num número superior global de adesão de trabalhadores.

A maior extensão da greve resultou, com maior relevo, no Registo Civil, onde houve uma adesão de 100%, quando em 10 de Março, ninguém tinha aderido. Também no Liceu Manuel Laranjeira, que não havia participado na greve anterior, a grande maioria do pessoal auxiliar paralisou, tendo efectuado uma reunião em que foi aprovado uma moção a enviar ao Ministério da Reforma Administrativa No Centro de Saúde, em que não houvera qualquer paralisação, houve

desta vez, pelo menos, a adesão de um trabalhador.

Nos restantes serviços, não houve alterações significativas. Nos estabelecimentos de ensino (como no Liceu, que já referimos), o pessoal administrativo manteve-se alheio à luta, com uma única excepção na Escola Preparatória de Sá Couto. Nesta Escola e na Escola

Industrial e Comercial, os níveis de adesão do pessoal auxiliar foram sensivelmente iguais aos da anterior paralisação.

Na secção de Finanças, continuou a percentagem de 54%, na Câmara houve uma ligeira descida para 60% e no Tribunal e Cartório Notarial voltou a não haver qualquer participação.

anos sobre a sua admissão na empresa. Quis assim a entidade patronal deixar passar o tempo necessário (cerca de um mês) para dar este toque de requinte no despedimento...

Argumento apresentado: «desobediência ilegítima a uma ordem superior». Foi assim arranjada a «justa causa» e para isso não foi preciso do que provocar a consciência das obrigações e direitos dum delegado sindical. O que não

continua na página 7

A GREVE POR DENTRO

Da moção aprovada pelo pessoal auxiliar do Liceu e enviada ao M. R. A.: «... Não podemos admitir que haja aumentos que correspondem ao vencimento de uma grande parte dos trabalhadores da F. P.... Queremos vencimentos justos para trabalhadores, mas que os menos protegidos sejam os verdadeiros beneficiados e não ao contrário, como agora acontece».

Na Escola Industrial e Comercial, o pessoal da cantina havia decidido paralisar. E assim sucederia com todos os trabalhadores, se um elemento da Comissão de Gestão não se tivesse dado ao trabalho de ir

a casa de uma cozinheira pressioná-la para trabalhar.

Também na E.I.C.E., dão que pensar as visitas à secretaria do seu antigo chefe, agora promovido a inspector. É que, por «coincidência», a secretaria foi apenas visitada por aquele senhor no dia 9 de Março e novamente no dia 5 de Abril, precisamente nas vésperas das paralisações.

No Liceu, um elemento da secretaria justificou-nos assim o facto de não terem aderido: «Não fomos informados de que havia greve, talvez pelo facto de não estarmos sindicalizados».

Além disso, não podemos aderir a uma greve sobre a qual não estamos suficientemente informados».

Ainda no Liceu, a cantina funcionou normalmente para não ser interrompido a assistência aos deficientes físicos de Espinho, que presta regularmente.

Na Secção de Finanças, o Sindicato paralelo onde estão inscritos alguns dos trabalhadores, pediu um pronunciamento sobre a greve. Esta foi votada por maioria, mas depois alguns trabalhadores, que a haviam votado, nomeadamente o chefe da secção, não paralisaram.

A MODELAR

ÓPTICA — RELOJOARIA
OURIVESARIA — OFICINAS

Rua 16 — Mercado Municipal
ESPINHO

GAZETILHA

PALAVRAS LOUCAS

*Eis uma feira franca de palavras,
De lugares-comuns, de locuções,
Produto em promoção de muitas lavras
E de operosas congeminações
Que rigorosamente estão na moda
Em tudo o que é diálogo ou discurso.
Está portanto a habilidade toda
Em evitar qualquer figura d'urso
Na medida em que
Se abriu o leque a contumaz opção
Na inequívoca força de razão;
Portanto, é ser de Olhão e topar se
P'ra além do ponto da situação,
Há métodos que mais não visam
Do que lançar tremenda confusão;
Porque, ou cerram fileiras ou deslisam
Até ao fundo de ingrata questão.*

*Por uma «esmagadora» maioria
De cem contra noventa e seis,
Andaram os parceiros aos papéis,
Embora só de quatro a minoria!
E houve «bocas»,
Fraterna troca de insolentes vaias,
Surgiram «mocas»,
Sentiu-se o povo aflito,
Que até, segundo corre, meteu... Saias
No seu ponto de atrito.
«Amorosa idade dos «robots»
Que servem de cobaias,
Ou de lugares-comuns que marcham sós,
Como um pronto-a-vestir da linguagem...
Apenas mais não são do que a miragem
Que se lobriga num poço sem fundo...
Neste passo, fundamentalmente
Concorda todo o mundo
Que o pecado deve servir-se quente.
Ninguém veja motivação de espanto
Nesta delicada situação;
Essa é que é essa!
Apareça quem cumpra uma promessa
Sem se servir d'outro lugar-comum
Por mim, eis aqui mais uma opção:
Portanto, apenas um:
— Fim de citação!
Pum!...*

Alberto Barbosa (BEKA)

PROPEDÊUTICO: Um atentado ao Ensino

Nos últimos tempos os cafés da Espinho foram invadidos por um grande número de estudantes que, agarrados aos livros vão fazendo as contas à sua vida. É que os exames do «propedêutico» estão muito próximos e, ao que parece, as coisas não andam a correr muito bem.

O Ano Propedêutico foi criado pelo Ministério da Educação com o fim de substituir o antigo Serviço Cívico Estudantil e proporcionar aos estudantes uma melhor preparação tendo em vista o seu ingresso no ensino superior. Mas se o serviço cívico não foi solução, podemos afirmar que o propedêutico lhe segue fielmente as pisadas: as numerosas deficiências nos sectores de apoio aos estudantes, as próprias soluções pedagógicas (?) adoptadas condenaram-no a um mero factor de selecção, o que condiz perfeitamente com a política global do governo e do MEC em particular.

«Maré Viva» contactou com alguns estudantes e recolheu dados sobre o assunto no sentido de inquirir quais são concretamente as dificuldades que sentem aqueles que frequentam o Ano Propedêutico.

Assim, um dos problemas mais importantes, principal factor de selecção à partida, é o custo global do curso. Os preços extremamente elevados das inscrições e dos textos de apoio, para não falar no material «aconselhado» e nas des-

locações à capital de distrito implicam de início, a impossibilidade de muitos alunos que terminaram o 2.º complementar prosseguirem os seus estudos. Aqueles que tiveram possibilidades de empregar tanto dinheiro, deparam com as mais diversas dificuldades no campo pedagógico; as matérias são dadas num espaço de tempo demasiado curto impedindo uma assimilação minimamente aceitável, os sistemas de apoio aos estudantes registam as mais variadas deficiências. O caso da distribuição dos textos de apoio que, como toda a gente sabe, foi efectuada com atrasos verdadeiramente inacreditáveis constitui o caso mais flagrante da completa incapacidade do ministério em dar resposta aos problemas dos estudantes. Também os estudantes trabalhadores se encontram praticamente impossibilitados de realizarem o propedêutico por causa dos horários e do ritmo das aulas, que exige muito tempo de estudo individual. A escolha das disciplinas de opção também causou problemas. É comum encontrar-se casos de alunos que são obrigados a frequentar disciplinas que não tiveram no 2.º complementar por aí não serem obrigatórias para o seu curso, em desigualdade de circunstâncias com outros que de facto as tiveram.

O próprio desenvolvimento do Ano Propedêutico como peça inte-

CONCURSO NASCENTE

Dum nosso leitor, recebemos a seguinte carta a propósito do «Concurso Nascente».

Surpreendido ao ler o jornal «Maré Viva» n.º 89, do qual sou assinante, sou convidado a participar num concurso que me sensibilizou. Ao ler o regulamento, com o qual concordo inteiramente, fiquei embaraçado quando nas sugestões para os «trabalhos» a enviar vi um enunciado de temas que me parece restrito, não oferecendo à partida alternativas de escolha de outros temas. Para exemplificar, há temas de grande actualidade que não são indicados: rádio, televisão, jornais, cinema, ovis, guerra, arte e outros.

Gostaria, pois, que os leitores fossem (assim como eu) elucidados neste aspecto, para que não possa hamev mal entendidos, a fim de que o concurso Nascente possa ser um êxito e também um estímulo para os leitores do jornal.

M. D. F. — ESPINHO

Pois, caro leitor, a sua carta veio mostrar-nos que talvez o regulamento do Concurso Nascente não seja claro nalguns pontos. Assim, e agradecendo a sua chamada de atenção, recordamos que não é nossa intenção limitar, por qualquer forma, o espírito criativo dos concorrentes. Por isso, além de sugerirmos alguns temas que nos pareceram de especial interesse, dizemos também que «os temas a abordar serão de livre escolha dos concorrentes». Daqui se conclui que não recusaremos qualquer trabalho que nos chegue, não importa o tema, e é evidente que o leitor tem razão quando sugere temas

importantes como a televisão, cinema, jornais, arte, etc.

Com estes ou outros assuntos, melhor ou pior, o importante é concorrer, fazer aquele pequeno esforço que deite cá para fora alguma coisa do muito que todos temos a dizer sobre o mundo e uma vida que a cada momento nos surpreendem com coisas que merecem ser contadas.

A ECONOMIA PORTUGUESA NO TEMPO DO FASCISMO

4 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA, VERIFICADO A PARTIR DE 1950, FEZ-SE COM SACRIFÍCIO DO NÍVEL DE VIDA DAS CLASSES TRABALHADORAS.

Prosseguindo o nosso objectivo de expôr as ideias que orientaram o desenvolvimento da economia

portuguesa durante o fascismo, bem como as respectivas repercussões no nível de vida dos portugueses, iremos hoje abordar o «modelo» (conjunto coerente de objectivos e de meios para os atingir) que orientou o desenvolvimento económico do país a partir de 1950.

A primeira ideia a reter é que se considerou a indústria como sector estratégico para o arranque da economia: «crescendo as indústrias, o resto iria atrás».

A segunda ideia é que caberia à iniciativa privada esse esforço de industrialização. O Estado interviria apenas para assegurar as condições óptimas para o pleno desenvolvimento da iniciativa privada, ou seja, para assegurar às empresas a obtenção, sem sobressaltos, de lucros máximos, garantindo-lhes vendas a preços elevados e baixos custos de produção.

Para assegurar às empresas o primeiro objectivo — vendas a preços elevados no mercado interno —, o regime fascista utilizou dois instrumentos: impostos (direitos) aduaneiros sobre as mercadorias importadas e condicionamento industrial.

A incidência de impostos aduaneiros sobre os produtos importados, ao elevar artificialmente os respectivos preços, possibilitava às empresas nacionais a venda a preços bastante mais altos do que seria normal, sem o receio da concorrência de empresas estrangeiras.

O regime de condicionamento industrial dava às empresas já existentes o direito de contestarem qualquer pedido de instalação de novas empresas do mesmo ramo, contestação essa que, na prática, era quase sempre atendida, assim se eliminando à nascença a possibilidade de concorrência por parte de empresas nacionais.

A realização do segundo objectivo — baixos custos de produção — que se tornava também necessária para possibilitar a exportação

continua na página 6

Reunião da Câmara

DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL À POSTURA DE TRÂNSITO

No passado fim-de-semana a Câmara Municipal voltou a reunir examinando o expediente habitual e os requerimentos apresentados. De salientar a adesão por unanimidade de todos os seus elementos às comemorações do 25 de Abril, data comemorativa do derrube do regime fascista e da implantação da democracia no nosso país. Foi apresentado um projecto que visa a participação activa de toda a população, subscrita pela Nascente, Coopespino, Associações de Moradores de S. Pedro e da Marinha de Silvalde, Colectividades de Gueitim, Clube de Futebol os Magos (Anta), Cooperativa Gráfica de Espinho, Clube Cultural e Recreativo de Paramos, Cooperativa Paramense, Comissão de Trabalhadores de «A Vigorosa», Comissão de Trabalhadores da fábrica Progresso, Clube Académico de Espinho, Cooperativa Pereira Alves e Associação União dos Reformados da Previdência. A Câmara decidiu remeter este programa à Comissão Organizadora, elegendo como seus representantes o Presidente, Artur Bártolo e o ve-

reador Alberto Alves.

Destaca-se, também, o pedido de alteração da postura de trânsito apresentado por diversas casas comerciais afim de facilitar o acesso à zona comercial e balnear para norte da Rua 23, da parte de baixo da linha de caminho-de-ferro. Neste pedido propõe-se a circulação de veículos no sentido Norte-Sul e através da passagem de nível da Rua 23. Compreendendo as razões que ditam este pedido de alteração, a Câmara remete esta proposta para tempo oportuno. Também problemas relacionados com o estacionamento de veículos ligeiros serão solucionados num futuro próximo.

Quanto ao fornecimento e distribuição de leite às escolas primárias, a Câmara compromete-se a elaborar um esquema prévio que solucione o problema ou facilite a sua resolução.

Pelo vereador Veiga Ribeiro levantado o problema da ocupação dum dependência da Piscina pela Cooperativa Nascente, sendo esla-recido que tal ocupação se destina aos ensaios de Teatro sem carácter definitivo e que tal concessão visa contribuir para o desenvolvimento cultural da população, tendo sido autorizada em devido tempo a sua ocupação.

COMENTANDO...

Assembleia Municipal

continuação da página 8

pulares resolveu apresentar uma proposta de comemoração do 25 de Abril sem se ter dignado perguntar àqueles homens públicos e forças que representam qual a sua opinião. Valha a verdade que se lhes tivessem ido perguntar teriam ficado, provavelmente, sem resposta, pois que da discussão não constou que qualquer entidade pública estivesse a preparar um programa para comemorar a data.

O PPD que sim senhor, que comemorassem lá o 25 de Abril como lhes apetecesse, mas que não fossem incomodar ninguém, que a Assembleia não podia vincular-se àquela proposta, ainda se fosse uma coisa espontânea, da vontade do povo... Agora cooperativas, comissões de moradores, clubes, comissões de trabalhadores... não nessa não iam eles embarcar... qu'isto de comemorar o 25 de Abril (grande data, sim senhor, dia em que se conquistou a LIBERDADE) tem muito que se lhe diga, e um tipo sem querer ainda passa por ser o que não é, e depois é uma

chaice mete povo e tudo, e canções que desafinam e uma pessoa acaba por não saber o que fazer. Ora, o melhor é não fazer nada e ver no que as modas dão.

O PS embatucou. Mas recuperou presto, habituado que está a não se dar por vencido à primeira. Mas a coisa desta vez custava a engolir. Então não querem lá ver que iam ficar de fora? A verdade é que não tinham pensado ainda bem nisso, mas já que havia interessados, alto lá, que também tinham direito a entrar. E o mais engraçado é que ninguém lhes queria fechar a porta, a eles nem a ninguém, mas as deficiências de organização têm destas coisas, não se estar sempre em todas... Mas isso também se arranja. E arranjou-se. Só que é pena que a gente saiba que isto não tinha de ser assim, podia ser bem diferente.

O resto? Bom, o resto foi a incredulidade e o esforço para tirar os fueiros dos olhos de quem não queria ver. Para chamar a atenção que aquela proposta não era exactamente mais uma tentativa desestabilizadora, nem sequer um esforço de pôr o 25 de Abril ao serviço de outra coisa que não fosse a vontade do povo de comemorar um acontecimento em que se reconhece como sujeito central da história.

Mas decerto é aí mesmo que está parte do problema.

O importante não é comemorar uma data no calendário mas um acontecimento vivo que continua a encontrar um eco especial na sensibilidade das massas populares. E se não tivesse aparecido esta proposta a agitar as mansas águas do lago em que nos vamos cada vez mais afundando, quem garante que alguma coisa viria a ser feita, pelo menos coisa a que se pudesse chamar com justiça uma comemoração do Dia da Liberdade, que até tem Comissão Nacional e tudo?

Uma coisa é certa: ainda não foi desta vez que ouvimos erguer uma voz a condenar o 25 de Abril, ali em plena Assembleia que lhe deve a sua existência. Mas isso é apenas uma certeza tênue, perante tantas questões postas a uma proposta que não passava disso mesmo: uma simples proposta, sujeita a enquadramento devido, e que deveria ser bem recebida quanto mais não fosse pela garantia que dá de que continua a haver muito quem se preocupe em não esquecer e defender uma data que é cada vez mais um desafio.

ECONOMIA

continuação da página 5

das mercadorias, foi «oferecida» à iniciativa privada pelo regime fascista através de duas vias. Em primeiro lugar, pagando mal as matérias-primas. Foi o sacrifício da agricultura, da pesca, das minas, dos cultivadores indígenas das colónias, que permitiu o incremento das exportações feitas pelas unidades industriais do país. Em segundo lugar, mantendo os salários a níveis muito modestos, quase de subsistência. Para o conseguir, o Estado fascista aniquilou o poder dos sindicatos (especializando-os por numerosas profissões e por distritos, exigindo direcções da sua confiança, controlando a sua actividade, suprimindo o direito à greve).

O modelo era lógico e proporcionou o crescimento rápido da produção nacional durante mais de uma década. Mas tinha importantes aspectos negativos que, no essencial, passamos a enumerar.

Em primeiro lugar, o sector agrícola não se desenvolveu por arrastamento como estava previsto, acabando por comprometer o desenvolvimento do sector industrial.

Em segundo lugar e como acabamos de ver, o desenvolvimento industrial assentou no sacrifício da generalidade da população portuguesa e, nomeadamente, da classe trabalhadora (baixos salários, altos níveis de preços de bens de consumo, fraca intervenção do Estado em investimentos e consumos públicos de carácter social como o ensino, a habitação, a saúde, a segurança social, e na promoção do nível de vida da população rural).

A conjunção destes factores e de outros como a recusa da integração europeia, da transformação do modelo de desenvolvimento económico e da tendência autonomista e nacionalista dos povos africanos (guerra colonial), estiveram na origem da emigração de cerca de 1 milhão de portugueses na década de sessenta, fenómeno que só por si condena uma política e um regime.

(continua)

NOGUEIRA DA REGEDOURA

continuação da página 3

vamente o partido de nenhum dos outros lugares. Durante muito tempo foi sede dos grandes lavradores da freguesia, de maior poder económico, o que levou a que, curiosamente, Olivães estivesse quase sempre representado nas sucessivas Juntas de Freguesias, mantendo-se mais à margem das disputas, dado o seu pouco significado populacional. Só mais recentemente começou a crescer em termos de população, na sua maioria trabalhadores de indústrias próximas e que vieram de freguesias um pouco mais distante, como Castelo de Paiva e Arouca. E se por essa razão nunca interveio seriamente nos conflitos, também vai ser preciso algum tempo para que os seus habitantes, ainda pouco identificados com Nogueira da Regedoura, venham a participar mais activamente na vida colectiva da freguesia, como convém.

Nogueira da Regedoura vai sendo portanto uma freguesia menos dividida nos seus lugares. Muito se fez para isso. Mas não tudo. Ainda agora a questão do corte da estrada Pousadela-Nogueira pela auto-estrada poderá provocar um passo atrás na união.

Os nogueirenses que leiam este artigo terão até encontrado nela oportunidade para reavivarem as mazelas antigas. Mas não o vão fazer, estamos certos. Houve razões e culpas de um lado e doutro, houve condições geográficas e históricas para que isso acontecesse. E faça-se isso mesmo: historiem-se os acontecimentos, procurem-se as razões porque elas pertencem à história de Nogueira da Regedoura. E arrumem-se ao canto onde agora devem estar. É a Nogueira de hoje que interessa discutir.

O DESPEDIMENTO

continuação da página 4

deixa de ser curioso, é que, durante o inquérito, o encarregado da secção que o cartaz fora arrancado por não estar no local apropriado e que a reforçar este argumento viessem a ser arrancados todos os outros cartazes que o patrão ali havia deixado ficar. Já o sr. Matos declarou na notificação do despedimento que considerava o cartaz «aviltante e chocante» para a entidade patronal e que o mesmo não estava autenticado pelo sindicato. As «razões» lá foram aparecendo portanto. Mas não muito convincentes: a questão do local de afixação já foi explicada, cartazes como aquele encontram-se afixados em várias empresas, mesmo em Espinho, e todos eles têm o carimbo do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro.

Claro que há os tribunais para decidirem da justeza do despedimento, mas o que é certo é que o operário está há vários meses sem trabalho e... quantos serão os casos em que os trabalhadores despedidos injustamente vêm a ser totalmente compensados?

Este caso não é resultado de uma birra, nem surge por acaso. Houve despedimentos do mesmo tipo, que se poderão entender melhor sabendo-se de declarações públicas do patrão da Cetap, que prometeu que havia de «limpar a empresa».

A tentativa de conciliação, feita a propósito deste despedimento, é aliás prova clara de como quem manda na Cetap pensa poder resolver estes problemas de «higiene», pois oferecia 20 contos de «indenização» numa altura em que o trabalhador, pelo tempo sem trabalho, já teria direito a 280 contos.

O assunto tem por isso de seguir os trâmites normais. Vai demorar o seu tempo, é quase certo que o trabalhador ganhará a causa no tribunal, mas depois vêm os recursos para instâncias judiciais superiores e outras formas de adiar a vida dum trabalhador. Um ano, dois anos... O costume.



farmácias

- QUINTA - Farmácia Paiva**
Rua 19 n.º 319 — Tel. 920250
- SEXTA - Farmácia Higiene**
Rua 19 n.º 393 — Tel. 920320
- SÁBADO - Grande Farmácia**
Rua 62 n.º 457 — Tel. 920092
- DOMINGO - Farmácia Teixeira**
Rua 19 n.º 46 — Tel. 920352
- SEGUNDA - Farmácia Santos**
Rua 19 n.º 263 — Tel. 920331
- T E R Ç A - Farmácia Paiva**
Rua 19 n.º 319 — Tel. 920250
- QUARTA - Farmácia Higiene**
Rua 19 n.º 393 — Tel. 920320

ATLETISMO

LEITÃO

«*record*»

António Leitão esteve mais uma vez em evidência no passado fim de semana em Lisboa na sua primeira prova de pista da presente temporada ao bater o máximo regional absoluto do Porto dos 5.000 metros ficando apenas a 1 segundo do record nacional de juniores que ainda pertence a Anacleto Pinto. Isto apresenta simplesmente que Leitão na primeira prova que efectua em pista esta época bate o seu melhor tempo dos campeonatos da Europa em Moscovo. O nosso atleta entrou a época de pista com o pé direito. Esperemos que seja para continuar.

VOLEIBOL

CAMPEONATOS NACIONAIS

1.ª DIVISÃO

Benfica, 3 — S. C. E., 2
L. Ginásio, 3 — S. C. E., 0

2.ª DIVISÃO (Masculinos)

D. Póvoa, 0 — A. A. E., 3
A. A. E., 3 — Santo Tirso, 0

2.ª DIVISÃO (Femininos)

A. A. E., 3 — Esmoriz, 0
Barcelos, 2 — A. A. E., 3

JUNIORES MASCULINOS

Porto, 3 — S. C. E., 1
Fiães, 1 — S. C. E., 3

JUNIORES FEMININOS

S. C. E., 3 — Braga, 0
Fluvial, 3 — S. C. E., 0

INICIADOS

Porto, 2 — S. C. E., 3
S. C. E., 0 — S. Mamede, 3

Mais uma vez uma arbitragem indecente falseou o resultado do Benfica-Espinho. E como não podia deixar de ser mais uma vez também um jogador espinhense foi expulso, cabendo desta vez a «sorte» a Tomás, que assim irá provavelmente sofrer o 1.º castigo da sua carreira de 20 anos de praticante. Mas as pessoas competentes teimam em não pôr cobro a isto que vem acontecendo todos os anos e, não só o S. C. E., mas todo o Voleibol português são prejudicados com este género de atitudes.

FALECIMENTO

JOSÉ MONTEIRO

Faleceu no passado dia 9, o sr. José Vicente Silva Monteiro, pai do nosso colaborador Jorge Monteiro.

À família enlutada, os condolências de «Maré Viva».

F U T E B O L

JUNIORES, A CONSAGRAÇÃO

ESPINHO, 2 - FEIRENSE, 1

MAIS UMA!

ARBITRO — Lopes Martins (Lisboa)

ACADÉMICO — Hélder; Brasfemes, Rui Rodrigues, José Freixo e Gregório; Camilo, Freitas e Ger-vásio; Camegim, Vala e Costa.

ESPINHO — Gaspar; Coelho, Raul, Manuel José e Amaral; João Carlos (Zézinho), Carvalho e Acácio; Canavarro, Reis e Malagueta.

1-0 Aos 35 minutos, Costa aponta livre e RUI RODRIGUES, aproveita da melhor maneira, emendando no momento exacto, fazendo a bola de couro beijar as malhas.

2-0 Aos 76 minutos, COSTA finta uma série de adversários, entra como uma flecha, pela pequena área espinhense e faz um delicado «chapéu» sobre Gaspar, aumentando a contagem.

Mais uma derrota, a sexta consecutiva, cada vez mais perto do fim, com a corda a querer-se apertar na garganta, os adeptos a entrarem em transe aflitivo, os pontos a fugirem, a II Divisão a acenar-nos cinicamente. Mas será que o destino já está traçado, serão mínimas as hipóteses espinhenses, serão nulos os trunfos possuídos? Será impossível o Sp. de Espinho evitar a descida, driblar o perigo, derrubar o negro fantasma? Será que não há solução?

Jogadores são poucos mas com qualidade, o técnico já deu sobejas provas do seu saber, a equipa joga um futebol agradável, pensado, técnico e taticamente aceitável. Demonstrou-o em Coimbra, jogou bem, lutou até ao fim, só não pôde ou não soube concretizar as oportunidades, aproveitar a má tarde do Académico. O seu calcanhar de Aquiles fora encontrar-se no sector



Terminou o campeonato! Os novos campeões lá levaram de vencida o último adversário, tiraram fotografias, sorriram para as câmaras, brincavam com a bola, respiravam fundo. Agora é preparar as

malas para a difícil viagem da próxima época, conscientes do trabalho realizado, do valor passado. Para João Félix e o duplo triunfo dos seus atletas juniores e juvenis, os nossos parabéns!

ofensivo, na capacidade concretizadora dos seus avançados. E no passado domingo Reis e C.ª tiveram oportunidades deveras evidentes. Mas não é de hipóteses que vive uma equipa de futebol, é de golos marcados, de pontos sacados. Quinze pontos não bastam se se quer fugir à despromoção. E se o desejo da equipa é manter-se esta tem que lutar, os adeptos têm que apoiar. Enquanto os «azuis e brancos» de Pedroto somam e seguem, enquanto os «encarnados» estatelam-se no seu reduto perante o humilde Portimonense, os «tigres» de Mário Morais começam a ter cólicas. Será que o Braga vai aumentar o sofrimento ou baguear perante os atletas locais? Haverá força para derrubar os orgulhosos arsenalistas de Imbelloni? Tem que haver!

Taça Nacional de Juvenis

Leixões, 5 - Espinho, 2

HÓQUEI EM PATINS

CAMPEONATO NACIONAL

1.ª DIVISÃO

A. A. E., 1 — Infante Sagres, 10
A. A. E., 4 — Riba d'Ave, 7

CAMPEONATOS REGIONAIS

INICIADOS

C. Valadares, 4 — A. A. E., 8

INFANTIS

Valongo, 0 — A. A. E., 1

Aconteceu o que ninguém esperava, ou seja, depois duma 1.ª volta bastante prometedora, ver a A. A. E. baquear desta maneira em 2 jogos em casa. Com estes resultados já será muito difícil o apuramento para a fase final e é pena pois o pássaro esteve não mão...

HÓQUEI EM CAMPO

1.ª CATEGORIAS

F. C. Porto, 3 — A. A. E., 0

RESERVAS

F. C. Porto, 4 — A. A. E., 0

NASCENTE - Cineclube

PANORAMA DO CINEMA PORTUGUÊS — I PARTE :

DOCUMENTÁRIO

SEXTA - FEIRA, 21

SALÃO DA PISCINA

«ALMADRABA ATUNEIRA»

e «VILARINHO DAS FURNAS»

Dois filmes de ANTÓNIO CAMPOS; do que vivemos, como vivemos, a quem servimos, o Cinema como testemunha das condições deste país à beira-mar plantado.

TELE-ROCHA

Electrodomésticos — Rádio e TV — Sonapágas
Instalações Eléctricas — Canalizações — Móveis e Decorações
Assistência Técnica em todo o material

Estabelecimentos: Rua 18 n.º 988 — Rua 31 n.º 469
Oficina: Rua 31 n.º 414 — Armazém: Rua 16 n.º 1005
Telefs. 920977 e 920325 — ESPINHO

Talho e Charcutaria

CENTRAL

Servir bem — Boas carnes

Rua 15 n.º 268 - ESPINHO

MARTE VIVA

APITO ÀS SEIS

Por CARLOS PINHÃO

É uma história curta que talvez desse para um filme. Ou já deu? Quem m'a contou? Para um filme curto, talvez italiano, daqueles filmes que os italianos faziam com três ou quatro histórias no mesmo filme. Com um motivo comum. Que, neste caso, seria talvez um comboio.

Este comboio é daqueles antigos, a carvão, pouca terra, pouca terra, muito fumo, muito fumo, uma locomotiva daquelas muito giras, já históricas.

Todos os dias, esse comboio passa por uma aldeia, às seis da manhã, e apita estridentemente...

— Porquê? — perguntou o jovem fogueiro que era novo naquela composição e que estranhou toda aquela barulheira...

— Porquê — perguntou ele ao maquinista — se não há motivo, se a via está desimpedida?

O maquinista sorriu e explicou, sempre a sorrir, enquanto o comboio seguia a sua marcha, taca, taca, taca...

— Há, de facto, um motivo... É que, uma vez, ao passar por aqui, encontrei um rebanho na linha e tive de tocar muitas vezes, até o rebanho deixar a linha novamente livre.

O fogueiro continuava a não compreender:

— Mas o rebanho...

E o maquinista continuava a sorrir, o que mais intrigava o fogueiro:

— Tens razão, amigo, o rebanho já passou, isto já foi há uma boa meia dúzia de anos. Simplesmente, nesse dia, ou melhor, na noite desse dia, numa taberna de um terra aqui, perto onde, numa hora de folga, fui beber um copito, ouvi uma conversa deliciosa entre dois camponeses que estavam na mesa junto à minha...

— Eram daqui? — perguntou o fogueiro, apontando para trás, porque já para trás ficara a aldeia da nossa história.

— Eram daqui — confirmou o maquinista, satisfeito por ver o companheiro tão interessado na história que ele, na verdade, se esforçava por contar de forma aliciante.

E, sem desatenderem às suas tarefas, continuaram no agradável paleio.

— Que diziam eles? — perguntou o fogueiro.

— Falavam da história das apitadelas dessa manhã. A princípio, zangados, porque tinham acordado com o barulho e assustaram-se. Eram ambos casados, as mulheres acordaram também e...

— E quê?... E depois? — perguntou o jovem.

— Tem calma, moço — sorriu mais o maquinista. — É isso mesmo que estás a pensar. Eles não o disseram claramente, mas, pelas meias-palavras, pelos sorrisos primeiro e garga-



lhadas depois, tornou-se evidente que as companheiras tinham aproveitado a oportunidade.

Agora, era o fogueiro que soltava ruidosa gargalhada também e queria saber pormenores:

— Mais?... e mais?

— Que mais queres tu saber?... É evidente que eles não iam contar tudo, mas também não me deixaram dúvidas, pois já estavam ambos com um copito a mais e nem sequer foram muito discretos de aí por diante.

De súbito, o fogueiro deixou de rir e foi com os olhos muito abertos de espanto que perguntou:

— Não me diga que apita todos os dias...

— Todos os dias, há mais de seis anos...

— Apita todos os dias por causa...

— Exactamente, por causa dessa conversa que ouvi.

— É espantoso!...

— Achas?... Parece-me natural... A mim não me custa nada e penso que posso fazer algum bem...

— Bem?... nunca recebeu nenhuma reclamação?

— Bom, às vezes, alguns maridos já me têm deitado maus olhos. Toda a gente da aldeia já me conhece bem e as mulhe-

res sempre me tratam com uma certa deferência e simpatia, mas também com um certo acanhamento.

De certo modo, eu faço parte da intimidade de cada uma delas.

— É uma história muito gira que me conta, mas que ganha o camarada com a história?

— Na verdade, não ganho nada. Isto é, ganho. Não tenho filhos, sabes, e gostava de os ter, de maneira que, sempre que passo por esta aldeia e vejo os garotos às janelas ou a brincar nas ruas ou até quando viajam no comboio, tenho a impressão de que, de certo modo, todos são meus filhos também e sinto-me enternecido.

... Eu tinha falado num filme, não tinha?... Pois, só que pouco mais aqui deixei do que o diálogo e um certo movimento (do comboio, taca, taca, taca, taca)... Falta aquilo a que se chama, parece-me, a planificação, mas, aí, desisto... Palpita-me que o realizador facilmente encontraria bastos motivos para cenas eventualmente chocantes e não era nada essa a minha ideia.

Em resumo deixo-me de fitas.

De ouvido atento

continuação da página 1

do presidente da Mesa conseguiu fazer com que a Assembleia se decidisse a continuar a discussão, chamando a atenção para a gravidade de deixar uma questão daquelas sem resposta.

DUAS NOTAS

Duas notas salientes: a presença do público, em número substancialmente maior do que é costume, que não deve ter dado por mal empregue o seu tempo, face ao que lhe foi dado assistir, e o inegável impacto que teve o aparecimento de uma proposta tão organizada e, sobretudo, subscrita por um tão elevado e significativo número de organizações. O facto de a Nascente ser o primeiro subscritor ainda tentou alguns elementos da Assembleia a torná-la a única responsável pelo «desaforo» de uma proposta à revelia das forças políticas organizadas, de maneira a retirar peso à proposta, mas ficou claro o carácter popular e massivo da iniciativa.

O TAL PROGRAMA

O programa proposto incluía a realização de várias provas

O 25 de Abril e a Assembleia Municipal

continuação da página 1

(popular) na sugestão apresentada. Por sua vez o PS não pôde esconder a sua perturbação por ter visto surgir uma iniciativa popular que apanhava desprevenidos os órgãos oficiais em que detêm uma certa preponderância, justificando o seu não por o Executivo ainda não se ter debruçado sobre tal sugestão, na opinião da vogal Rosa Maria, ou como justificou o seu voto negativo o Presidente da Mesa, por

desportivas nas freguesias, bem como sessões musicais a cargo das várias bandas e tunas, tudo isto na manhã de 25. Em Espinho estava prevista a realização de provas desportivas e actividades com crianças, de manhã, e de tarde seria ocasião para uma festa com características culturais e populares. Enfim, um programa-sugestão a respeito do qual os seus proponentes pensavam que «não haverá qualquer dificuldade em o integrar nas realizações que a Câmara e as Juntas tenham intenção de efectuar». Enganavam-se, porém. Mas esperemos que a Comissão nomeada na Assembleia consiga encontrar uma solução.

considerar que a moção padecia de equívocos. Manifestando o seu voto de apoio manifestou-se Jorge Carvalho da FEPU, no sentido de apoiar tal sugestão pois temia que caso contrário as comemorações não tivessem o carácter popular que a data merece. Mais contundente foi o vogal independente Francisco Silva que na sua declaração de voto realçou a maneira como certas pessoas manifestam o seu temor em comemorar uma data tão querida ao povo português.

No rescaldo desta discussão, o Presidente da Mesa e o 1.º Secretário apresentaram uma proposta para a constituição de uma Comissão que integrasse membros do Executivo e da Assembleia com o fim de recolher e coordenar as propostas de programa e promover as comemorações do 25 de Abril. Em última instância esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Por não ter esgotado a O. T., a Assembleia prossegue amanhã.

COMENTANDO...

Quando nada o fazia prever, eis que na Assembleia Municipal se trava uma discussão do maior interesse político, com a situação geral que se vive no país a reflectir-se de maneira tão clara como raramente tem acontecido nas posições

defendidas pelas várias forças políticas ali representadas. Assistiu-se a um vivíssimo e significativo expor de ideias profundamente políticas, abriu-se o jogo muito mais do que é costume, tudo porque um significativo número de organizações po-

continua na página 6



PORTE
PAGO